

## DO PÚLPITO AO PALANQUE: UMA ANÁLISE ENTRE AS ATUAÇÕES POLÍTICAS CARISMÁTICAS CATÓLICAS E EVANGÉLICAS PENTECOSTAIS

*Vinicius Manduca<sup>1</sup>*

**RESUMO:** A confluência entre as esferas religiosa e política não é um fenômeno novo em território brasileiro, mesmo após a proclamação do país como Laico em 1891, sem uma religião oficial, a Igreja Católica exerceu influência direta e indireta sobre as preposições políticas do país. O cenário começa a se alterar a partir do contexto político do final dos anos 1980 em que foram realizadas as eleições constituintes para a construção de plenário apto a redigir uma nova constituição para o país, essas eleições marcam a entrada dos evangélicos pentecostais na política partidária. A igreja católica sofreu um efeito contrário, a influência indireta do clero em na política nacional foi diminuindo gradativamente, com último destaque o período do governo varguista. Durante a Ditadura militar o clero católico adotou uma postura política de preferência aos pobres a partir do movimento da Teologia da Libertação (TL), exercendo inclusive posição contrária ao regime. O movimento porém foi sufocado no interior da própria igreja, essa passou a apoiar movimentos mais introspectivos, voltados menos para o social, com destaque para a Renovação Carismática Católica (RCC). Recentemente porém, a quantidade de concorrentes a cargos eletivos advindos da RCC vêm crescendo, demonstrando um afastamento da antiga postura carismática. Nesse contexto a disputa no mercado religioso avança da esfera religiosa para a esfera política, transformando casas legislativas em espaços de disputas religiosas. A comunicação em questão se debruça sobre as formas de articulação que as vertentes religiosas, católicos carismáticos e evangélicos pentecostais, possuem afim de garantir seus representantes em plenário nacional através de um estudo comparativo entre o já estabelecido modelo de candidato oficial evangélico e das iniciativas políticas, ainda iniciantes, da RCC, além de analisar os perfis e formas de atuação em plenário de seus principais representantes.

**Palavras Chave:** Religião e Política; Renovação Carimática; Pentecostalismo;

### Introdução

Cada vez mais, o fator religião tem se tornado objeto de exploração em campanhas eleitorais. O apoio de determinados segmentos religiosos tem se demonstrado de grande importância em disputas para cargos majoritários. Em relação ao Poder Legislativo, o sistema representativo brasileiro permite que determinados grupos religiosos viabilizem eleitoralmente seus próprios representantes para atenderem suas demandas específicas.

---

1 Mestrando no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, membro do Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política

Para obter e assegurar essa representação, certos grupos religiosos vêm elaborando estratégias eleitorais cada vez mais racionalizadas, explorando signos ligados à fé, demandas sociais e também a maleabilidade do sistema eleitoral brasileiro.

A relação entre religião e política no Brasil não é nova, a separação oficial entre Estado e Igreja Católica ter ocorrido no final do século XIX, já na primeira constituição republicana, de 1891. Nessa, o Estado brasileiro deixou de possuir uma religião oficial, permitindo-se a liberdade de culto a partir do parágrafo terceiro do artigo 72:

*“Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim, adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.”*

A partir daí o Estado brasileiro passou a ser considerado laico, algo que prevê a liberdade de culto e de participação política de atores independentemente da religião. A laicidade, formulada tal qual um regime de convivência em que as instituições são legitimadas por soberania popular e não religiosa, é um processo historicamente desenvolvido na maioria das sociedades do mundo, sobretudo no Ocidente (Blancarte, 2006). No Brasil, assim como em vários outros países, no entanto, a substantiva influência católica sobre o Estado ainda perdura. Nesse contexto, Igreja Católica prosseguiu com constante influência na esfera política, direta ou indiretamente, nunca perdendo alguns dos privilégios concedidos durante os períodos Colonial e Império (Mariano, 2011).

Mas os evangélicos se voltaram de modo incisivo para a política nos anos 1980, com o despertar dos pentecostais argumentando que o catolicismo se aproveitaria da Assembleia Constituinte de 1986 e buscando reaver privilégios perdidos. Já ali reivindicavam liberdade religiosa (Freston, 1993), conceito que tem cada vez se tornado mais caro em suas representações em espaço público.

Capitaneados pela maior denominação do país, a Assembleia de Deus, os pentecostais decidiram se engajar na política partidária, deixando de lado o tradicional apolitismo. Da frase “crente não se mistura com política” passaram a adotar o novo lema “Irmão vota em irmão” (Sylvestre, 1986).

Diante da eminente mudança constitucional, a ideia de um suposto perigo que as igrejas protestantes sofriam em face dos privilégios católicos foi, o principal fator da repentina mudança de comportamento político por parte dos evangélicos pentecostais. A fim de garantir representação na Assembleia Constituinte, uma estratégia eleitoral foi elaborada e estabelecida, tendo como cerne a figura do candidato oficial. Tratava-se de estabelecer um candidato apenas contando com o apoio incisivo da comunidade religiosa, através da exposição em cultos e circulação de material de propaganda.

Utilizada pelas denominações pentecostais desde as eleições de 1986, a perspectiva provou ser eficaz, já que nas primeiras aplicações a participação pentecostal saltou de dois deputados federais, em 1986 para dezoito, em 1987 (Freston, 1993; Fonseca, 2002; Mariano, 2005; Baptista, 2009), tendo sido o grande destaque inicialmente da Assembleia de Deus.

A ofensiva católica às igrejas pentecostais se deu inicialmente no plano midiático, através de emissoras de rádio e programas de televisão. Isso foi impulsionado, sobretudo, pela compra da emissora aberta de televisão Rede Record pelo líder iurdiano Edir Macedo. As organizações carismáticas buscaram se equipar através de editoras, rádio e emissoras de televisão como a TV Século XXI e Canção Nova. De modo bem menos contido do que os concorrentes pentecostais, os carismáticos católicos também se envolveram em campanhas eleitorais, escolhendo seus representantes

A mobilização política por parte desse movimento católico não é um fenômeno propriamente novo, já que a RCC vem elegendo parlamentares desde a década de 1990 (MIRANDA,1999). O processo recente é sim a busca de novas formas de organização e filiações políticas, já que a opção preferencial pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) dá lugar à busca de outros partidos. Nos últimos anos, tais legendas escolhidas eram pragmaticamente aliadas ao governo federal conduzido pelo PT. O caso do deputado federal paulista Gabriel Chalita é bastante ilustrativo, pois trocou o PSDB pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), ingressando depois no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em que chegou na terceira colocação na eleição para a prefeitura paulistana em 2011. Tal feito o fez ser cogitado para assumir o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) no governo de Dilma Rousseff.<sup>1</sup> Assim como Chalita, outros parlamentares carismáticos católicos vêm adotando tal pragmatismo político, engajando-se em partidos antes considerados oponentes.

É nesse contexto que o presente trabalho se coloca, propondo um novo olhar, a partir do ângulo político, sobre o movimento carismático. Propõe um estudo comparativo entre os dois polos político-eleitorais: o evangélico pentecostal e o católico carismático.

### **A inserção evangélica na política**

A participação evangélica pentecostal na política ganha força a partir das eleições para a Assembleia Constituinte em 1986, em que a inauguração do modelo chamado de “candidato oficial” rendeu frutos e iniciou uma movimentação racionalizada dos evangélicos pentecostais em relação à política. Em seu início, a AD teve dificuldades para mobilizar os fiéis já que possuía até aquele momento uma postura apolítica, daí a necessidade de uma total reformulação do ethos político da igreja. A IURD porém não necessitou enfrentar o processo já que sua característica moderna permitia essa espécie de inserção nas outras esferas da vida em sociedade.

Segundo Saulo Baptista (2009), a facilidade que as igrejas evangélicas pentecostais têm para a mobilização de suas comunidades em função à política encontra-se também na própria cosmologia e teologia dessa vertente religiosa. De acordo com o autor, as comunidades pentecostais têm comando autoritário e, como consequência, exercem maior controle sobre a vida dos membros. Soma-se isso a crença de salvação em que o fiel pentecostal vive “na luz” enquanto o resto “nas trevas”, por isso candidato evangélico seria menos corruptível e merece o voto. Somando-se esses fatores às características individualistas do protestantismo de missão explica-se o sucesso do modelo político do evangélico pentecostal em relação ao protestante histórico.

O modelo político racionalizado centralizado na figura de um candidato, representante da comunidade evangélica se dá da seguinte forma na AD: os candidatos interessados apresentam seus nomes a um conselho político interno, formado em sua maioria por pastores. Esse conselho seleciona pré-candidatos que poderão realizar as suas campanhas a um conjunto de pastores e a partir daí serão selecionados os candidatos oficiais da igreja. O conselho avalia também a quantidade de candidatos que deverá lançar, bem como os partidos em que esses candidatos serão inseridos, a partir de coeficiente eleitoral e condições de eleição (Baptista, 2009, p. 238).

É permitido que os candidatos rejeitados pelos conselhos se aventurem em campanhas da mesma forma. Os que assim fazem são geralmente os não selecionados no conselho político, já que os pré-candidatos não possuíram um aval anterior da cúpula da denominação. Há inclusive situações em que o candidato não escolhido pela igreja é eleito, enquanto o escolhido não. Segundo Geórgia Dafne Sobreira Gomes (2010), nesse caso, o eleito possuiu a mesma “benção” por parte da igreja como se fosse ele o candidato oficial eleito.

Na IURD, a outra denominação evangélico pentecostal de maior destaque político, a eleição do candidato que não possuía a benção da igreja é praticamente impossível já que a comunidade acata de maneira menos resistente as determinações do conjunto clerical (Baptista, 2009). Soma-se a isso o fato de a igreja ter preferência possuir como candidatos os membros da sua própria hierarquia.

A partir de extensa coleta de dados realizada nas casas legislativas de esfera federal, estadual e capitais brasileiras, foi possível estabelecer um perfil majoritário do fiel escolhido como o candidato oficial.

O membro religioso escolhido como oficial é em sua maioria do sexo masculino, sendo que no Congresso Nacional o número de mulheres religiosas é inferior a 10%. Ele tinha exposição prévia de sua imagem, em sua maioria são pastores, bispos e oradores, além de exercerem ocupações como radialistas, músicos ou tele-evangelistas. Outra ocupação que se destaca é a do empresário, com a cifra de 18%.

É possível concluir que o candidato oficial reflete uma postura de supremacia masculina, comum na igreja católica mas presente de forma muito forte nas igrejas protestantes também, daí a maioria de seus serem sexo masculino. É importante que essa maioria masculina reflete essa perspectiva de preferência no interior da comunidade religiosa já que os escolhidos para ocupar cargo político ocupam posições de destaque público, no seio das igrejas, e sendo o destaque religioso masculinos, os candidatos são, em sua maioria homens.

A condição econômica é explicada no seio da cosmologia neopentecostal. Se a Teologia da Prosperidade promete sucesso financeiro ao fiel, é natural que o pastor tenha condições financeiras elevadas, já que é figura de norte da fé. Como estratégia eleitoral os

candidatos escolhidos são os ditos representantes escolhidos por Deus. Eles devem portanto ser fiéis exemplares e suas condições financeiras refletiriam sua fé interior.

Depois de eleito, a atuação política do evangélico pentecostal trouxe mudanças no quadro político brasileiro. A começar pela criação da chamada Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Instalada oficialmente no dia 18 de setembro de 2003 (Baptista, 2009, pág 358), a FPE contou em seu início com 30 deputados, destacando-se as igrejas AD, IURD e Batista. No ano de 2014 a frente era formada por cerca de 75 membros entre deputados e senadores. Sua atuação se espalhou pelo país, sendo reproduzida em grande parte das casas legislativas.

Apesar de apelidada como “Bancada Evangélica” pela grande mídia nacional a FPE não tem tamanha articulação interna já que possuiu representantes de diversos partidos e diversas perspectivas políticas. A organização da frente parlamentar se dá através de cultos gerais<sup>ii</sup>, organizados em salas do congresso e sobretudo em debates relativos a questões de moral sexual, como debates relativos ao homossexualismo, de bandeira religiosa, como a contrariedade ao aborto, e mesmo em perspectivas mais tradicionalistas, como a chamada “lei da palmada”, legislação que pune por vias jurídicas agressões sofridas por crianças em ambiente familiar.

Apesar de concentrarem parte considerável do eleitorado, os deputados evangélicos não conseguiam encabeçar partidos mais tradicionais, conhecidos como legendas de “alto clero” As lideranças partidárias eram, como de costume distribuídas entre os antigos “caciques”. Ou seja, parlamentares com considerável histórico no partido. Como consequência disso, os evangélicos possuíam reduzida voz em plenário, sendo obrigados a recorrer à FPE para a proposição de projetos de lei e similares. A solução encontrada foi a criação de partidos próprios, de forma a garantir os religiosos encabeçando suas bancadas.

O pioneiro foi o Partido Social Cristão (PSC), associado principalmente à Assembleia de Deus. Reconhecido em suprema instância em 1990, quatro anos após a eleição constituinte, essa legenda tem como essência a chamada Democracia Cristã. Seus membros devem portanto possuir essa base, “Poderão se filiar ao PSC [...] e que aceitem expressamente respeitar e cumprir a Doutrina Cristã, manifesto e o programa do PSC”. (Estatuto do PSC, Título II, Sessão I Artigo 7º, 2007)

Desde sua formação, o partido tem realizado alianças para a sua base governista como a que favoreceu a eleição de Fernando Collor de Melo à Presidência da República em 1989. Após um período lançando candidaturas a esse mesmo cargo, com o intuito de alcançar o reconhecimento do público, o PSC voltou então a seu modelo de alianças e coligações com o seu grande foco nos cargos legislativos, movimento esse válido até as eleições municipais de 2010, em que o partido previamente divulgou que teria candidatos a prefeito em todas capitais brasileiras, mas acabou optando pelo sistema de coligações, lançando candidatos apenas em Rio Branco, no estado do Acre, em Goiânia, Goiás, e elegendo apenas Ratinho Junior, filho do apresentador televisivo Ratinho, como deputado estadual na cidade paranaense de Curitiba.

Com perspectiva política similar à da AD, membros IURD também encabeçaram a criação de um partido. Até 2004, a denominação tinha ligação com o extinto Partido Liberal (PL) – hoje, junto com o também extinto Partido da Retificação da Ordem Nacional, o PRONA, formam o Partido da República– porém com o envolvimento da legenda em casos de corrupção, a IURD preferiu desvincular o seu principal representante político Marcello Crivella, bispo e conhecido artista musical da igreja que ocupa hoje uma cadeira no Senado, como representante do Rio de Janeiro, tendo sido ministro da Pesca no governo de Dilma Rousseff.

A formação do então Partido Municipalista Renovador (PMR) se deu em 2005 e no ano seguinte, mudou seu nome para Partido Republicano Brasileiro (PRB). A sua articulação política porém se diferencia um pouco da do PSC. O PRB não é declaradamente um próximo à IURD ou com vinculação a qualquer outra igreja, apesar de a grande maioria de seus membros, além dos ocupantes dos principais cargos partidários e seus financiadores, ser composta por membros da IURD. As suas pautas e projetos políticos são pensadas a partir de ideologias políticas de direita, sem a presença da chamada Democracia Cristã.

Segundo Geórgia Dafne Gomes (2010), as atuações do PRB em plenário são relativamente discretas. As suas proposições são de direita, sem porém ter grande inclinação para o neoliberalismo, visto que os fiéis da IURD, e conseqüentemente eleitores do partido, são em maioria de classes sociais baixas. A identificação com as perspectivas religiosas se dão principalmente, tal como nos outros partidos, mediante o debate de questões de moral sexual ou de caráter mais tradicionalista, como descritas anteriormente.

Além do PSC e do PRB, há outros partidos com certa filosofia ou identificação religiosa, a maioria representando já em sua legenda como o Partido Trabalhista Cristão (PTC) e o Partido Social Democrata Cristão (PSDC), do candidato e presidente Jose Levy Fidelix da Cruz. As atuações desses, porém, são muito mais discretas, não possuindo efetivamente representatividade na maioria das unidades federativas.

### **A resposta carismática católica**

O projeto político da RCC se iniciou de maneira discreta, já que a sua grande bandeira para se fortalecer no ambiente católico foi a crítica à Teologia da Libertação (TL)<sup>iii</sup>, voltada demasiadamente para a política. Por isso, a participação política dos carismáticos católicos era, no início, incongruente.

Inicialmente, os candidatos vinculados à RCC se filiavam ao PSDB, tendo sido o movimento carismático também grande apoiador de Fernando Henrique Cardoso na campanha para a Presidência da República em 1994 (Prandi, 1997). Mas o cenário mudou, uma nova forma de fazer política do movimento católico pulverizou os parlamentares carismáticos, em diferentes legendas (Reis, 2011). Entre os políticos carismáticos, destaca-se o deputado federal paulista Gabriel Chalita, hoje no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Oriundo da comunidade carismática Canção Nova, Chalita construiu carreira no PSDB como vereador do município de Cachoeira Paulista, sendo também secretário de Juventude e de Educação no governo estadual de Geraldo Alckmin. Transferiu-se para o Partido Socialista Brasileiro (PSB), dando relevante apoio à candidatura presidencial de Dilma Rousseff, depois foi para o PMDB, vindo a ser o quarto colocado na eleição paulistana de 2012. Chegou a ser cotado para assumir um ministério no governo de Dilma Rousseff, mas algumas acusações de enriquecimento ilícito impediram tal feito e fez diminuir bastante seu capital político. Após não se recandidatar ao cargo de Deputado Federal em 2014 aceito o convite do prefeito Fernando Haddad de São Paulo para assumir a secretaria da educação da cidade. A comunidade Canção Nova não se pronunciou sobre o ocorrido.

Outro expoente político do movimento carismático é o Deputado Federal Salvador Zimbaldi. Eleito inicialmente também pelo PSDB, Zimbaldi teve passagem pelo PSB, depois PDT e hoje é membro do PROS (Partido Republicano da Ordem Social).

Caracterizado por ser um empresário do ramo de construção civil, o deputado tem carreira política apoiada pela RCC, principalmente pelo padre jesuíta Eduardo Dougherty, dirigente da TV Século XXI, desde sua primeira candidatura nas eleições do ano de 1994. O político exerceu quatro mandatos consecutivos e, apesar de expressiva votação, não conseguiu uma quinta reeleição devido a baixo coeficiente eleitoral de seu partido.

O apoio da RCC somado ao capital social já construído pelo pai promoveram a eleição de Rafael Fernando Zimbaldi, filho de Salvador Zimbaldi, como vereador da cidade de Campinas. O político filiado ao Partido Progressista encontra-se em seu terceiro mandato.

Outro deputado também apoiado por Eduardo Dougherty é o mineiro Odair Cunha – PT. Dentre os elogios tecidos pelo sacerdote ao político de Minas Gerais, é destacada a expansão da TV Século XXI para aquele estado: “ele (Odair Cunha) tem ajudado muito a TV Século XXI, a nossa expansão, conseguindo mais canais de televisão aí em Minas Gerais” (Procópio, 2012, p.88).

O apoio da RCC somado ao capital social já construído pelo pai promoveram a eleição de Rafael Fernando Zimbaldi, filho de Salvador Zimbaldi, como vereador da cidade de Campinas. O político filiado ao Partido Progressista encontra-se em seu terceiro mandato.

Outro deputado também apoiado por Eduardo Dougherty é o mineiro Odair Cunha – PT. Dentre os elogios tecidos pelo sacerdote ao político de Minas Gerais, é destacada a expansão da TV Século XXI para aquele estado: “ele (Odair Cunha) tem ajudado muito a TV Século XXI, a nossa expansão, conseguindo mais canais de televisão aí em Minas Gerais” (Procópio, 2012, p.88).

De modo semelhante à Assembleia de Deus com o PSC e da IURD com o PRB, a Renovação Carismática abriu também espaço para a criação de um partido. Sob a perspectiva da Doutrina Social Cristã e da Solidariedade, foi formado o Partido Solidarista Nacional (PSN) em 1995. Em 1999, a legenda uniu forças com o não homologado Partido Humanista Democrático do Brasil (PHDB) e no de 2000 passou a se intitular Partido Humanista da Solidariedade (PHS).

Com referências a Deus em seu estatuto, o PHS tem se articulado principalmente através de coligações para cargos majoritários concentrando-se mais em cargos no Legislativo já que contou em 2014 com 217 candidatos a Deputado Estadual e 148 candidatos a Deputado Federal distribuídos entre todo o território brasileiro. O partido lançou

apenas um candidato a senador pelo estado de Mato Grosso e três candidatos a governador pelos estados de Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo, sendo que nenhum foi eleito.

Cabe enfatizar o fato da não exclusividade religiosa nas adesões partidárias. Em já citada pesquisa realizada entre os anos de 2011 e 2012 foram encontrados parlamentares católicos eleitos por partidos ditos evangélicos, principalmente o PSC. São muitos também os candidatos evangélicos lançados a partir do PHS.

Os partidos vinculados a instituições religiosas não possuem também a exclusividade de políticos religiosos, principalmente as figurais mais tradicionais na política partidária brasileira. Visto no caso dos católicos carismáticos que seus principais representantes se encontram pulverizados em diversos partidos, como Gabriel Chalita no PMDB, Salvador Zimbaldi hoje no PROS, Rafael Zimbaldi no PP ou mesmo o deputado estadual Reinaldo Alguz, filiado ao Partido Verde (PV). Isso vale também para o universo evangélico, como por exemplo o ex-deputado federal, ex-deputado estadual e ex-vereador da cidade de São Paulo, Carlos Alberto Eugênio Apolinário, membro da Assembleia de Deus. Estando hoje no Partido Democrático Trabalhista (PDT), Apolinário teve passagem por diversas legendas, sendo que nenhuma delas possuía direta vinculação religiosa.

1901

### **Sobra a atuação religiosa em plenário**

A participação religiosa na esfera pública tem sido constantemente trabalhada e debatida nas ciências sociais. Como consequências de suas eleições esses parlamentares levam aos plenários pautas relativas a seus currais eleitorais, ou seja, relativas à questão especificamente religiosa e motivadas pelos códigos de conduta de suas agremiações. Destacam-se as questões relacionadas à moral sexual e reprodutiva, assim como as reivindicações por concessões de rádio e televisão.

A grande movimentação evangélica é principalmente em comissões como a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicações e Informática (CCTCI). Ela é a principal responsável por habilitar concessões de transmissão de canais de rádio ou de televisão e, portanto, de grande interesse religioso em suas atuais estratégias de evangelização, em que os empreendimentos midiáticos são essenciais. Dos 18 deputados religiosos declaradamente empresários, cinco possuem concessões de rádio ou televisão, ou seja, aproximadamente 30%. É então na CCTCI que se manifestam os primeiros lampejos de disputa religiosa, pois a

estratégia midiática tem sido também efusivamente adotada pelos católicos, sobretudo os afiliados à RCC.

Outro fator que diferencia as formas de atuação dos parlamentares religiosos são as questões partidárias propriamente ditas. Apesar da existência de partidos vinculados indiretamente a igrejas, a maioria dos parlamentares religiosos este é pulverizada entre os partidos. Do total de 83 deputados federais religiosos encontrados, apenas 20 são filiados à partidos com conotação religiosa, incluindo o PHS. Essa pluralização partidária é fator também da multiplicidade de perfis de atuação dos membros do Legislativo.

### **Considerações Finais**

A disputa por espaço dentro do mercado religioso se acirra cada vez mais na sociedade brasileira, a competitividade religiosa somada ao dinamismo de possibilidades que o indivíduo tem na contemporaneidade obrigam as religiões a diversificarem suas formas de agir. Como tal a disputa, anteriormente restrita apenas à esfera religiosa, toma outras esferas sociais como a midiática e a política.

Nesse contexto destaca-se o pentecostalismo cristão, seja ele nas congregações protestantes ou em sua vertente católica, a Renovação Carismática Católica. Com características de melhor adaptação às novas demandas sociais essas vertentes religiosas vem ganhando cada vez mais espaço no país sendo então as principais responsáveis pelas iniciativas em outras esferas.

As vertentes evangélicas tiveram o seu pioneirismo na iniciativa política, a partir de um sistema político racionalizado, centralizado sobretudo em um único indivíduo, afim de garantir a representação religiosa no espaço político. Mais recente, a RCC não se demonstra tão articulada, suas escolhas para representantes se baseiam em destaques religiosos e midiáticos, diferente da seleção prévia realizada pelas congregações evangélicas.

As atuações políticas porém não se diferem no mesmo grau que suas estratégias de campanha. Os parlamentares carismáticos católicos e evangélicos pentecostais em plenário defendem bandeiras similares, pautadas sobretudo em questões relativas à moral sexual e perspectivas tradicionalistas, como liberalização de drogas e afins.

## Referências Bibliográficas

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo, Instituto Metodista Izabela Hendrix e Annablume, 2009.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado, elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo, Paulus, 1985.

\_\_\_\_\_. *A dessecularização do mundo: uma visão global*. *Religião & Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 21, nº 1, p. 9-24, 2000.

BLANCARTE, Roberto. Laicidad: La contrucción de um cencepto de validez universal. In COSTA, Nestor da (Org.). *Laicidad em America Latina y Europa: repensando lo religioso entre lo publico y lo privado em el siglo XXI*. Montevideo. CLAEH. 2006

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 1987.

BURITY, Joanildo. *Identidade e política no campo religioso*. Recife, IPESPE, Editora da UFPE, 1997.

BURITY, Joanildo & MACHADO, Maria das Dores Campos (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Ed.Massangana. 2006.

CARRANZA, Brenda. *Renovação Carismática: origens, mudanças, tendências*. Aparecida, Editora Santuário, 2000.

FRESTON, Paul. *Protestantes e políticas no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de doutorado em ciências sociais. Campinas, Unicamp, 1993

MACHADO, Maria das Dores Campos. Conflitos religiosos na arena política: o caso do Rio de Janeiro. *Ciencias Sociales y Religión*. Porto Alegre, ano 6, nº 6, p. 31-49, 2004

MARIANO, Ricardo. Pentecostais e política no Brasil. *Com Ciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, Internet, v. 65. 2005.

\_\_\_\_\_, Ricardo. Laicidade á brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*. Porto Alegre, v. 11, nº 2, p. 238-258, 2011

ORO, Ari Pedro. *Avanço Pentecostal e Reação Católica*; Rio de Janeiro:Vozes; 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: A bancada evangélica na Constituinte. In *Ciência Sociais Hoje*. São Paulo. Vértice e ANPOCS, 1989.

PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do espírito*. São Paulo, Edusp 1997.

PROCOPIO, Carlos Eduardo. Carismáticos católicos e eleições no Brasil. *Ciencias Sociales y Religión*. V. 14, p. 75-99, 2012

REIS, Marcos Vinícius Freitas. *Política e religião: o envolvimento dos católicos carismáticos na política brasileira*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, 2011

SILVEIRA, Emerson Sena da Silveira. Terços, “Santinhos” e Versículos: A relação entre católicos carismáticos e a política. In *Rever*. São Paulo. 2008

SOUZA, André Ricardo de. O pluralismo cristão brasileiro. *Caminhos*, UFG, v. 10, nº1, 2012, pp. 129-14. 2012

SOUZA, André Ricardo de. Meandros da força política evangélica no Brasil. *Cultura y Religión*, v. 7, p. 117-128, 2013.

SOUZA, Beatriz Muniz de. 1969. *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. São Paulo, Duas Cidades.

SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão: os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia*. Brasília, Pergaminho, 1986.

VELASCO, Demetrio. La contrucción histórico-ideológica de la laicidad. In COSTA, Nestor da (Org.). *Laicidad em America Latina y Europa: repensando lo religioso entre lo publico y lo privado em el siglo XXI*. Montevideo. CLAEH. 2006

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas). In: Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1. Brasília, Editora da UnB, 1991.

---

i Indicado a partir de arranjos políticos entre o PT e o PMDB e sob a declaração de que “seria ministro se fosse a vontade de Deus” o nome de Gabriel Chalita para o MCT envolveu uma série de controvérsias. Inicialmente pelo ex-ocupante do cargo, e até então ministro da Educação, Aloizio Mercadante (PT) sob alegação do candidato ser “católico demais” e que seus dogmas religiosos poderiam interferir em pesquisas científicas. O político ligado à Canção Nova não agradou também a comunidade científica de qual determinados setores pressionaram para que não fosse nomeado. Somam-se à essas situações as denúncias de corrupção contra o deputado, referentes ao período que era Secretário da Educação do Estado de São Paulo. O cargo se manteve com Marco Antonio Raupp até o ano de 2014.

ii Celebrações religiosas realizadas com o intuito de reafirmação da identidade religiosa dos parlamentares.

iii Movimento católico de maior durante o Regime Militar em território brasileiro. A TL tinha inclinações para a esquerda política colaborando inclusive com a formação de partidos como o PT.